

Então, governador, está na hora de romper esse contrato de concessão das Linhas 8 e 9 para que a população possa dormir tranquila e ter acesso a um transporte público de qualidade, estatal, porque isso é estratégico para garantir a segurança e a mobilidade do nosso povo.

Que esse modelo não seja levado para outras linhas, como pretende o governador Tarcísio.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - CAPITÃO TELHADA - PP - Obrigado, deputado.

O SR. GUTO ZACARIAS - UNIÃO - Pela ordem, presidente. Para fazer uma breve comunicação.

O SR. PRESIDENTE - CAPITÃO TELHADA - PP - Prossiga.

O SR. GUTO ZACARIAS - UNIÃO - PARA COMUNICAÇÃO - A deputada Ana disse que eu fiz fake news, presidente. Eu queria perguntar para a deputada Ana qual fake news tem naquele vídeo, sendo que é uma gravação da própria TV Alesp? Por que a senhora não participou de uma invasão?

A senhora estava lá e está confirmando inclusive no plenário que estava lá. Qual fake news? Que aquela invasão é uma invasão? O próprio proprietário falou que é uma invasão. Dai a senhora diz: “Não, mas não se trata de uma invasão. Foi uma ocupação.”

Deputada Ana, a senhora pode chamar de “invasão”, de “ocupação”, de “excursão”, de “copa do mundo da invasão de propriedade”; eu só me importo com o que aquele proprietário chamou.

Ele chamou de “invasão de propriedade”. Se ele falou que aquilo é uma invasão de propriedade, aquilo é uma invasão de propriedade, já que ele está sendo impedido de entrar lá e tem pessoas ocupando ou invadindo a propriedade dele.

E dizer, presidente, que é com muito espanto que eu vejo essa representação no Conselho de Ética. Acredito que não vai avançar. Parabenizar mais uma vez a deputada Ana por finalmente ter a coragem de subir na tribuna e falar sobre esse tema, ao invés de tentar ficar me interpelando pelos corredores e elevadores da Casa. E a senhora...

A SRA. ANA PERUGINI - PT - Deputado, chega de falar. Para com isso.

O SR. GUTO ZACARIAS - UNIÃO - Eu estou com a palavra, deputada.

A SRA. ANA PERUGINI - PT - O senhor interrompeu a minha palavra o tempo todo da última vez, deputado. Seja gentil e íntegro.

O SR. PRESIDENTE - CAPITÃO TELHADA - PP - Sra. Deputada, o deputado Guto Zacarias está com a palavra, aguarde a comunicação.

A SRA. ANA PERUGINI - PT - O senhor me dê a palavra, por favor, já que estou sendo mencionada.

O SR. GUTO ZACARIAS - UNIÃO - Além de me interpelar pelos corredores e elevadores da Casa ainda quer me interromper aqui. E disse que estava em vários mandatos, então tem que dar uma olhada no Regimento e ver que não pode interromper o coleguinha quando ele está falando. Já não basta ficar passando pano para quem invade propriedade, não é, deputada?

E dizer, presidente, que essa Assembleia tem que ter uma posição muito firme contra algumas posições que a sociedade está relativizando. As palavras estão perdendo valor e as pessoas estão relativizando alguns conceitos e alguns valores que a sociedade tem que ter.

Toda vez que alguém subir nessa tribuna para dizer que bandido é vítima da sociedade, tem que ter alguém para defender a Polícia Militar, sim. Toda vez que alguém subir na tribuna para dizer que o MST é algo muito importante para sociedade, tem que ter alguém para defender o agronegócio, sim.

E toda vez que uma deputada, ou um deputado, subir nessa tribuna para dizer que invasão de propriedade não é ocupação, tem que ter alguém para trazer, não só o conceito de propriedade privada, mas sim a palavra do próprio proprietário que está lá clamando pelo Poder Público que retome a propriedade que é dele.

Mas não, temos aqui uma deputada que prefere ir até essa invasão para dar voz aos invasores.

A SRA. ANA PERUGINI - PT - Presidente eu peço a sua compreensão.

O SR. PRESIDENTE - CAPITÃO TELHADA - PP - A senhora vai fazer uma comunicação?

A SRA. ANA PERUGINI - PT - O deputado Guto...

O SR. PRESIDENTE - CAPITÃO TELHADA - PP - Para comunicação, deputada?

A SRA. ANA PERUGINI - PT - Sim.

O SR. PRESIDENTE - CAPITÃO TELHADA - PP - Dois minutos.

A SRA. ANA PERUGINI - PT - PARA COMUNICAÇÃO - O deputado Guto provavelmente ainda digita v-o-c-ê para escrever “você” no WhatsApp. Os tempos são outros, deputado, graças a Deus. O tempo do faroeste aqui já acabou.

Eu não vou ficar discutindo com o senhor porque já foi printada a tua rede, eu não vou ficar provando nada para o senhor. A representação é feita na Comissão de Ética, é um direito que me assiste, é um direito que lhe assiste.

Quero dizer que tem testemunha e tem também gravação do elevador. Então, eu não abordei o senhor, quem se dirigiu a mim e cumprimento foi o senhor e eu respondi no mesmo tom. O senhor perguntou: “Tudo bem?” E eu falei: “Não, que publicação é aquela?”

Coisa que acontece, inclusive, com o líder do Governo aqui, que muitas vezes sobe à tribuna com muita força, coisa que destemperada nem compensa, mas desce aqui numa cordialidade e tudo continua, deputado. Então é esse aprender, deputado, que eu digo que só o tempo nos traz.

Eu espero que a Comissão de Ética faça a leitura e espero que o que aconteceu com esta deputada e com esse deputado, que aqui está na minha frente, o deputado Guto, não se repita em relação a nenhum deputado aqui.

Então, o que foi feito já está feito, já está printado, já está guardado. Quem vai decidir isso? Comissão de Ética, pós Comissão de Ética há outras instâncias para que nós paremos de uma vez com tudo isso. Para o senhor pode ser uma coisa e para mim é outra. Eu respeito o teu ponto de vista e faço questão de registrar o meu ponto de vista.

Eu venho da luta pela reforma agrária, sim. Aliás, quero agradecer o governador Tarcísio, que foi parceiro da Feira Nacional da Reforma Agrária. O deputado Simão Pedro estava lá, houve agradecimento. O vice-presidente da República Geraldo Alckmin andou na feira e conheceu a produção da reforma agrária.

Então, os tempos são outros, o faroeste ficou para trás e o nosso Brasil vai seguir em frente, deputado, é isso que nós esperamos. (Vozes fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE - CAPITÃO TELHADA - PP - Até 16 horas e 30 minutos.

A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAPITÃO TELHADA - PP - Pela ordem, Sra. Deputada.

A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL - Havendo acordo das lideranças, peço o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - CAPITÃO TELHADA - PP - Havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Lembrando-os ainda, da sessão extraordinária a realizar-se hoje dez minutos após o término desta sessão.

Está levantada a sessão.

\* \* \*

- Levanta-se a sessão às 16 horas e 24 minutos

\* \* \*

## 17 DE MAIO DE 2023

## 10ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidência: ANDRÉ DO PRADO
Secretaria: ANDRÉA WERNER, DR. EDUARDO NÓBREGA, DELEGADA GRACIELA e TENENTE COIMBRA

### RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Abre a sessão. Coloca em discussão o PLC 75/23.

2 - PAULO FIORILO

Para comunicação, faz pronunciamento.

3 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Responde ao questionamento do deputado Paulo Fiorilo.

4 - ENIO TATTO

Para comunicação, faz pronunciamento.

5 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Responde ao questionamento do deputado Enio Tatto.

6 - EDUARDO SUPLICY

Discute o PLC 75/23 (aparteado pelo deputado Luiz Claudio Marcolino).

7 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO

Solicita verificação de presença.

8 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que interrompe quando observado quórum.

9 - MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS

Para questão de ordem, faz pronunciamento.

10 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Responde à questão de ordem feita pela deputada Monica Seixas do Movimento Pretas.

11 - DR. JORGE DO CARMO

Discute o PLC 75/23.

12 - MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS

Discute o PLC 75/23.

13 - GILMACI SANTOS

Para questão de ordem, faz pronunciamento.

14 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Responde à questão de ordem do deputado Gilmaci Santos.

15 - PAULO MANSUR

Discute o PLC 75/23 (aparteado pelo deputado Bruno Zambelli).

16 - CARLOS GIANNAZI

Discute o PLC 75/23 (aparteado pelo deputado Tomé Abduch).

17 - PROFESSORA BEBEL

Para questão de ordem, faz pronunciamento.

18 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Responde à questão de ordem da deputada Professora Bebel.

19 - TOMÉ ABDUCH

Para comunicação, faz pronunciamento.

20 - CONTE LOPES

Discute o PLC 75/23 (aparteado pelo deputado Paulo Fiorilo).

21 - PAULO FIORILO

Solicita verificação de presença.

22 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que interrompe quando observado quórum.

23 - DONATO

Discute o PLC 75/23.

24 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Anuncia a presença de autoridades do parlamento alemão (Bundestag) no plenário desta Casa.

25 - GUTO ZACARIAS

Para comunicação, faz pronunciamento.

26 - LUCAS BOVE

Discute o PLC 75/23.

27 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO

Discute o PLC 75/23.

28 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Retifica o horário de convocação da segunda sessão extraordinária de hoje, a realizar-se às 19 horas e 25 minutos. Encerra a sessão.

\* \* \*

- Abre a sessão o Sr. André do Prado.

\* \* \*

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior. Ordem do Dia.

\* \* \*

- Passa-se à

### ORDEM DO DIA

\* \* \*

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Discussão e votação adiada do Projeto de lei Complementar nº 75, de 2023, de autoria do Sr. Governador.

Para discutir a favor, o nobre deputado Eduardo Suplicy.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Pela ordem, deputado Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, o senhor colocou o PLC 75 na ordinária ou na extraordinária?

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Extraordinária. Já estamos na extraordinária.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Isso. E os requerimentos que podiam ser votados na ordinária, o senhor não os votará?

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Não. A gente vai votar oportunamente, que vou colocar amanhã, na sessão de amanhã.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Ok, Sr. Presidente.

O SR. ENIO TATTO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Pela ordem, deputado Enio Tatto.

O SR. ENIO TATTO - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Desculpa, talvez eu não tenha prestado atenção. O senhor foi direto para a extra, não entrou na sessão ordinária?

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Já foi levantada a sessão.

O SR. ENIO TATTO - PT - Foi levantada a sessão?

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Foi levantada a sessão.

O SR. ENIO TATTO - PT - Tudo bem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Já estamos na extraordinária.

O SR. EDUARDO SUPLICY - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Caro presidente André do Prado, Sras. Deputadas, Srs. Deputados; gostaria de aqui falar sobre o Projeto de lei Complementar 75, de 2023, que trata sobre a reclassificação dos vencimentos dos integrantes das carreiras de delegado de Polícia, das carreiras de policiais civis e da Polícia Militar.

Desde que o projeto foi enviado a esta Casa pelo governador Tarcísio de Freitas, recebi centenas de mensagens de diversas outras carreiras, solicitando que também fossem inseridas na proposição, uma vez que ficaram de fora, desde dentistas da própria Polícia, passando por oficiais administrativos e membros da Polícia Penitenciária.

Nós, parlamentares da bancada do Partido dos Trabalhadores, apresentamos sete emendas em nome do líder Paulo Fiorilo,

que entre outras coisas tem como proposta incluir a Funap, os agentes de segurança penitenciária, os agentes de escolta e vigilância e os agentes da Fundação Casa que ficaram de fora.

Além disso, as emendas propõem que se garanta a isonomia entre as diversas carreiras, o que não está garantido na forma como está o projeto, tendo em vista que cargos do mais alto escalão estão com percentual de aumento maior que os demais, de em média 4 por cento. Também foi proposto que os vencimentos não sejam inferiores, que os ajustes não sejam inferiores a 20%, além de aumento do valor do auxílio alimentação.

Além disso, diversos outros parlamentares, como os deputados Barba, Reis, Antonio Donato, Professora Bebel, Márcia Lia, Luiz Claudio Marcolino e Emidio de Souza também apresentaram emendas com o objetivo de aprimorar o projeto através do debate. As emendas não contrariam o objetivo do projeto, que é o de reclassificação salarial, mas evidenciam que o projeto precisa ser mais debatido para ser melhorado e assim atender aos anseios das classes dos trabalhadores que dispõem, incluindo as que ficaram de fora.

Por isso, entre as propostas do Partido dos Trabalhadores, é que possamos realizar uma audiência pública com o governo, chamando os trabalhadores e as trabalhadoras para que possam expor melhor as suas demandas, inclusive, sobre o que ainda não foi dito e o que não foi debatido no projeto, conforme a proposta do deputado Reis da audiência pública.

Dessa forma, reitero o compromisso que assumi ao longo da minha trajetória pública de sempre defender os direitos dos servidores públicos pela relevante contribuição na implementação das políticas públicas, e não poderia ser diferente no caso desse projeto de lei. Por isso, também defenderei os direitos de todas as polícias do estado de São Paulo.

Por se tratar de uma profissão de alta periculosidade, temos recebido diversos relatos de sofrimentos psíquicos, e parte da melhoria das condições de trabalho passa, obviamente, pelo reconhecimento salarial da categoria. Dessa forma, estarei empenhado na defesa das pautas trabalhistas e de salário dignos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Dando ali...

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Quería um aparte.

O SR. EDUARDO SUPLICY - PT - Claro.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Pode ser, Sr. Presidente, um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY - PT - Deputado Marcolino.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Deputado Suplicy retorneu e tem um aparte, sim. É regimental.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Então, é importante, Suplicy, esse projeto que nós apresentamos. É muito importante. É o projeto da Segurança Pública no estado de São Paulo. É importante deixar claro para quem nos acompanha que a nossa bancada, a bancada do Partido dos Trabalhadores, vai defender a proposta ora apresentada.

Só que nós apresentamos, deputado Suplicy, 45 emendas.

O SR. EDUARDO SUPLICY - PT - Sim.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Quarenta e cinco emendas. Emendas que dialogavam para fazer uma adequação na carreira da Polícia Militar, com os tenentes, com os quadros iniciais da Polícia Militar, que a gente percebeu que tinha percentuais diferenciados. Uns com 13%, outros com 17%, outros com 23%, outros com 28%, outros com 34 por cento.

E nós fizemos - dessas emendas, nós apresentamos 45 emendas -, uma forma de a gente poder fazer uma adequação. Importante um projeto como esse que veio para a Assembleia Legislativa já no início da legislatura. Mas é importante que um projeto dessa envergadura, que nós estamos falando que é um projeto que vai mobilizar muitos servidores da Segurança Pública no estado de São Paulo... Teve um erro. Um erro fundamental.

Primeiro erro, que o governador apresenta esse projeto e encaminha para a Assembleia sem conversar com os sindicatos, sem conversar com as associações. Nós sabemos que toda vez que tem um projeto ligado aos servidores públicos, seja da Educação, seja da Saúde, da Segurança Pública, da Defensoria Pública, do Tribunal de Justiça...

Toda vez que tem algum projeto vinculado a algum órgão público do estado de São Paulo, sempre foi praxe ter um diálogo com a Casa Civil, um diálogo com a Secretaria de Gestão, um diálogo com as representações. E esse projeto nós não vimos, em momento algum, o Governo do Estado chamando essas entidades para um diálogo sobre a proposta que seria apresentada.

Depois disso, nós temos aqui na Assembleia Legislativa, vários deputados que representam os policiais, seja da Polícia Militar, seja da Polícia Civil. O governador também não chamou nenhum membro dos deputados estaduais que são da Polícia Militar e da Polícia Civil para dialogar sobre o projeto.

Nós temos aqui na Assembleia Legislativa o líder de diversos partidos. Nós temos o líder do governo, temos o líder de cada um dos partidos, temos o Colégio de Líderes. O Colégio de Líderes sempre foi um espaço aqui na Assembleia Legislativa para fazer uma adequação, para fazer uma construção e um diálogo dos projetos que vêm aqui para a Assembleia.

Porque pra gente... Nós somos 94 deputados. Desses 94 deputados, toda vez que tem um projeto de lei que é encaminhado para a Assembleia, o nosso papel na Assembleia é fazer uma alteração, uma revisão no projeto que vem. Tem projeto que já foi discutido antes e já vem, praticamente, bem encaminhado.

E tem projeto, como é o caso desse da Segurança Pública, um projeto que vem direto do governador, direto para a Assembleia Legislativa, sem ter um diálogo com as representações de classe. E sem ter um diálogo também com os deputados ligados à base da Segurança Pública, e nem com o Colégio de Líderes aqui na Assembleia.

Para a gente, essa construção, quando a gente vai fazendo essa construção, e nós estamos discutindo no plenário, nós temos 45 emendas. Dessas 45 emendas que nós apresentamos, nós faríamos uma ótima adequação a esse projeto.

Muitas vezes, o que nós não entendemos nos últimos dias, agora, é que nós solicitamos, seja na Comissão de Finanças, Orçamento, seja na Comissão de Segurança Pública, nós solicitamos que houvesse uma audiência pública, porque a audiência pública é parte integrante do Poder Legislativo, na Assembleia, para fazer adequações e melhorias nos projetos.

Nós conversamos com diversas associações e sindicatos nesses últimos dias. E todos eles vieram e trouxeram sugestões.

Essas sugestões eram as 45 emendas que nós apresentamos. Foi fruto de uma audiência pública, que foi chamada pelo deputado Reis, que foi chamada pela bancada do PSOL, para conversar com essas representações, para poder fazer um diálogo mais amplo para o projeto ora apresentado.

Então, o que nós não entendemos, até agora, é por que não tem, por parte do governo, nenhuma sinalização de melhoria do projeto que foi apresentado.

Como eu disse, 45 emendas. E tem emendas de todos os partidos. Tem do PSB, tem do Rede Sustentabilidade, tem do PT, tem do PSOL, tem, inclusive, da base do Governo. A bancada da Segurança Pública, que tem deputados do PL, deputados do PR, também fez emendas.

Nem essa emenda, inclusive, que foi pela base do Governo, aqui na Assembleia Legislativa, do governador Tarcísio, sequer essa emenda foi aceita pelo relator. Nem no dia de ontem, no congresso de comissões, nem no dia de hoje, depois das emendas que foram apresentadas no dia ontem.

Então, para a gente, esse projeto é muito significativo, porque virão outros projetos para a Assembleia. Vai vir projeto da Saúde. Vai vir projeto da Educação. Vai vir projeto das diversas áreas do serviço público do estado de São Paulo.

O que nós estamos percebendo é que não tem, por parte do governador, esse desejo de fazer o diálogo. Nós vamos conversar aqui, seja a partir da TV Assembleia, seja no plenário, com quem for nos acompanhar, mostrando cada uma das emendas que nós apresentamos, mostrando que todas elas, era factível do governo aceitar essas emendas apresentadas, como aconteceu com outros projetos.

Quando a gente, percebendo a construção do projeto, da envergadura que foi, nós não queremos, quando o governador apresenta um projeto, que ele crie uma crise entre a Polícia Militar e a Polícia Civil. Dentro da Polícia Militar, ele cria diferenciações. Dentro da Polícia Civil, também tem as suas diferenciações. Quando você constrói um projeto de lei, você tem que levar o princípio que a gente fala, da razoabilidade.

Podia ter sido apresentado, no projeto, um percentual linear para todos os servidores da Segurança Pública do estado de São Paulo, e depois você faz uma ou outra adequação.

Nós vamos apresentar um levantamento mostrando uma comparação, como é que está a Polícia Militar de São Paulo, com a Polícia Militar do Paraná, com a Polícia Militar do Rio de Janeiro, com a Polícia Militar de outros estados do nosso País, mostrando um pouco dessa comparação.

O nosso Estado é o mais rico da União. Nós temos o estado mais rico da União. Este Estado, quando a gente faz a comparação de quanto ganham os profissionais da Polícia Militar e da Polícia Civil do estado de São Paulo, comparado com os outros, a gente percebe que o do estado de São Paulo é muito menos do que outros estados com uma arrecadação muito menor.

Então, para a gente, é um projeto importante? É importante. É um projeto que tem percentuais de reajuste consideráveis? São consideráveis. Mas podia ter as suas adequações necessárias, que nós propusemos nas 45 emendas que nós apresentamos. Então nós não sentimos, por parte do governo, nenhum desejo, nenhuma vontade de melhorar o projeto.

E o nosso papel, aqui na Assembleia Legislativa, é fazer uma adequação para melhorar o projeto ora apresentado. Então quero reafirmar aqui, nobre deputado Suplicy.

Vossa Excelência já colocou o nosso voto, que foi votado no Congresso de Comissões no dia de hoje, que foi apresentado pelo nobre deputado Reis, hoje, no Congresso de Comissões. Todos os deputados foram lá, discutiram, apresentaram argumentos.

Vou deixar consignado: o voto do Partido dos Trabalhadores, de cada um dos nossos 18 deputados, será favorável ao projeto apresentado para a Segurança Pública. Mas nós queremos, até o último minuto do debate - que nós temos que fazer na Assembleia, para garantir que as emendas apresentadas - que possam ser adequadas, a partir de uma aglutinativa, que é possível ainda, durante aqui os debates das extras.

Para que a gente possa melhorar o projeto ora apresentado pelo governador do estado de São Paulo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLICY - PT - Obrigado, deputado Marcolino. Acho que as suas considerações são de muito bom senso. E o melhor caminho, racional, de bom senso, é justamente acatar essa sugestão de, antes de votarmos, ainda termos uma audiência pública.

Poderíamos, aqui, estar recebendo o secretário de Segurança Pública, os diretores da Polícia Civil e Militar. E dialogarmos com as diversas categorias de servidores para chegarmos ao melhor entendimento possível.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Isso, esse é o nosso desejo. E queria, Sr. Presidente, aproveitando agora, fazer uma solicitação de verificação de presença. Num debate tão importante como este, queria solicitar a verificação de presença, para que mais deputados possam participar conosco desse debate.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Convido a deputada Andréa Werner, juntamente com o deputado Dr. Eduardo Nóbrega, para fazerem a verificação de presença. Andréa, Dr. Eduardo... Subir aqui, fazer a verificação.

\* \* \*

- Verificação de presença.

\* \* \*

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Constatado